

1ª Reunião Itinerante da Câmara Setorial Temática aconteceu ontem em Tangará

>> Rosi Oliveira
Redação DS

Com o objetivo de realizar o mapeamento fundiário de Mato Grosso para futuramente traçar um plano de desenvolvimento rural e urbano com segurança jurídica, aconteceu ontem em Tangará da Serra, no Sindicato Rural, a 1ª Reunião Itinerante da Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, presidida pelo presidente da Comissão de Direito Fundiário da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB-MT), Irajá Rezende de Lacerda. Estiveram presentes

autoridades, representantes de órgãos fundiários, produtores e sociedade civil para discutir a problemática.

Na oportunidade, o presidente da Comissão destacou a importância da ação que acontece no município como um projeto piloto, que deverá em breve, ser estendido para todos os municípios de Mato Grosso. “Para se fazer um plano é preciso se identificar os gargalos, os problemas, o que o estado tem de informações, a partir disso, faremos um cruzamento de dados que identificaremos os problemas legais, das ocupações, invasões, assentamentos não regularizados, criação

de reserva indígena e de parques estaduais que não indenizaram os proprietários, não sendo somente regularizações rurais, mas também urbanas”, explicou, ressaltando a importância da escolha do município. “Tangará está sendo utilizada como modelo porque uma equipe do Incra está desenvolvendo outras metodologias de certificação, de identificação aqui, tudo voltado para a regularização fundiária urbana, então como já se tem esse serviço em andamento ela está sendo referência”, destacou.

Trabalhando lado a lado no projeto, o Incra esteve presente, através do Engenheiro Dario Ipo-



O presidente da Comissão destacou a importância da ação que acontece no município como um projeto piloto

jucan Venceslau, que apresentou dados compilados do município, que tem cerca de 87% de informações registradas. “Hoje estamos

aqui para apresentar tudo que nós temos lá dentro do Incra do município de Tangará da Serra. Mas há alguns que não temos, cer-

ca de 13%, que a partir de agora deverão ser colhidos pela câmara técnica para fechar todo o município de Tangará”, finalizou.

SIGEF

Novo sistema aponta crescimento de certificações de áreas em Tangará

>> Rosi Oliveira
Redação DS

A reunião atraiu muitas pessoas interessadas em conhecer a proposta. Uma delas foi Renato Luiz dos Santos, proprietário de terras no Assentamento Antônio Conselheiro, que deseja regularizar a área, onde pretende, inclusive investir, sendo esse um dos motivos principais da nova Lei assinada pelo presidente da República Michel Temer. “Eu tenho um pedaço de terra no Antônio Conselheiro e tenho a intenção de regularizar porque hoje eu pago aluguel na cidade e gostaria de investir lá, mas como não tenho a documentação tenho medo de perder o que eu investir. Outro motivo é dar valor ao terreno também, que depois de algo em cima pega pre-

ço”. A medida assinada por Temer, visa também essa questão, área regularizada gera retornos, dos mais variados, mas o mais perceptível é o financeiro, o que é bom para todas as partes.

Presente a reunião, o presidente do Sindicato Rural de Tangará da Serra, Reck Junior falou da importância do projeto e do estudo a ser elaborado. “Hoje é a reunião sobre um tema antigo, mas bastante atual. Atual porque é um problema que temos no nosso município, estado e por todo o país, então, nada mais pertinente para que essa reunião acontecer aqui, porque temos muitas propriedades precisando de regularização”, pontuou.

Na oportunidade, foram apresentados dados captados em um sistema bastante antigo, e segundo o Acervo Fundiário do Incra de



Os números estão disponibilizados no site www.acervofundiario.incra.gov.br

2004 a 2014, existiam em Mato Grosso, 11.018 imóveis certificados, e em Tangará somente 85 no prazo de dez anos. Já com a implantação do novo sistema de coleta, o Sigef, em Mato Grosso existem 32.021 imóveis certificados. Em Tangará

esse número é de 271, isso até o dia 04/12/2017.

Os números compilados do município estão disponibilizados no site www.acervofundiario.incra.gov.br, onde há o nome do proprietário, da propriedade e a certificação.

R\$ 500 MILHÕES A MT

Senado aprova FEX e projeto aguarda sanção do presidente Temer

>> Olhar Direto

O Senado aprovou, na tarde de ontem, 13, o Projeto de Lei do Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX). O item foi encaminhado à Casa após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados na semana passada.

A votação aconteceu após o plenário do Senado aprovar, na última terça-feira, 12, pedido para que o projeto tramitasse em regime de urgência. A bancada de Mato Grosso articulou para que o texto fosse votado com celeridade, sob pena de os recursos não chegarem em 2017.

Para que os repasses dos valores do FEX sejam feitos aos Estados, é necessário ainda que o presidente da República, Michel Temer (PMDB), sancione o texto aprovado nas duas casas legislativas.

A expectativa é de

que Temer assine a sanção ainda nesta semana. O presidente já havia se manifestado a favor da aprovação da medida em caráter de urgência.

O governador Pedro Taques (PSDB) chegou a se reunir com o peemedebista para pedir que o projeto fosse aprovado o quanto antes, para garantir o repasse aos Estados e ao Distrito Federal.

O FEX é o recurso mais aguardado pelo Governo para melhorar a situação econômica em Mato Grosso neste final de ano.

O fundo é repassado todos os anos pelo Governo Federal aos Estados, como uma forma de compensação pelas perdas com a Lei Kandir - que trata da isenção do ICMS nos produtos de exportação.

Neste ano, o montante devido em todo o Brasil é de R\$ 1,9 bilhão, que serão divididos entre todos os Estados e o Distrito Federal.

+ EDUCAÇÃO

+ SAÚDE

+ EMPREGOS

O GOVERNO DE NOVA OLÍMPIA

ESTÁ TRABALHANDO POR

Você!